

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**

2 **Lei Municipal nº 1378/94**

3 **Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011**

4
5 **Ata nº 014 / 2014**

6
7 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de
8 Santos – CMAS, realizada no dia **07 de outubro de 2014**, na sede da Casa de
9 Participação Comunitária, situada à Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Santos/SP, com a
10 presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo
11 que faz parte integrante desta ata. Em segunda chamada, às 9 horas, a Sra. Maria de
12 Lourdes Braz Joaquim Velasques, Presidente, cumprimenta e agradece a presença de
13 todos os presentes e passa a seguir para o **Item 1 – Apreciação da matriz do Plano**
14 **“Prefeito Amigo da Criança”**: O Sr. Leandro Lapetina, coordenador COGESUAS – SEAS e
15 vice-presidente deste CMAS fez a apresentação relembrando à todos os presentes que
16 o município de Santos assinou um termo de aceite junto a Fundação Abrinq para a
17 implantação do Programa Prefeito Amigo da Criança e nesta nova etapa que vai do
18 período de 2014 até 2017 uma das ações que a Abrinq colocou como objetivo para o
19 município é a construção do Plano Municipal da Infância e a da Adolescência para que
20 assim o município possa programar as ações que estão previstas para este público. A
21 Comissão do Programa Prefeito Amigo da Criança é composta por representantes: da
22 Assistência Social, da Saúde, da Educação, da Cultura, do Esporte e da Sociedade Civil.
23 Cada Secretaria é responsável por sua área de atuação. Será realizado um Seminário
24 municipal no dia 18 de outubro, onde será apresentada esta contextualização, a
25 Fundação Abrinq estará presente e será apresentado o Plano municipal Prefeito Amigo
26 da Criança. O Sr. Leandro Lapetina ressalta que irá apresentar as ações que fazem
27 parte deste plano, e todas estas ações não são propostas novas e não foram criadas
28 neste ano, e sim compilações de documentos antigos: Plano de Erradicação do
29 Trabalho Infantil, Plano de Fortalecimento Vínculos Familiares e Plano Plurianual. A
30 íntegra desta apreciação se encontra no anexo desta ata. A Sra. Luci Freitas,
31 colaboradora, entrega a mesa Diretora uma relação de documentos com informações
32 referente ao Programa Prefeito Amigo da Criança e informa que no site:
33 www.amavi.org.br/abring há outras informações pertinentes. A Presidente Sra. Lourdes
34 Velasques pergunta quando se fala da capacitação dos profissionais que trabalham em
35 abrigos se está sendo realizada esta ação. O Sr. Leandro Lapetina informa que a
36 capacitação destes profissionais é uma ação contínua. O conselheiro Sr. Antônio Peres
37 Neto – representando a Secretaria de Esporte, pede a palavra e ressalta que o plano
38 são as ações que deverão ser cumpridas a curto, médio e longo prazo e com a Lei do
39 Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil se fala muito sobre capacitação
40 que é importante para qualquer sociedade e conselhos que queiram melhorar. A
41 conselheira Sra. Rosa Gil Marsal – representante da Secretaria da Saúde pergunta se a

42 matriz previu em algum momento a quantificação mensurável e suas metas; o Sr.
43 Leandro responde que para a construção do plano decenal não se fala em metas
44 físicas, mas que quanto o município vai responder a cada final de ano o questionário on
45 line do Programa Prefeito amigo da Criança, então neste momento é respondido as
46 metas físicas de atendimentos. Dirimidas as dúvidas, passamos ao **Item 2 –**
47 **Apresentação do Diagnostico da Vigilância Socioterritorial:** O Sr. Leandro Lapetina fez
48 a introdução relembrando à todos os presentes que a Política de Assistência Social
49 entre suas funções tem as Proteções Sociais, Defesa e Garantia de Direitos, a Vigilância
50 Socioassistencial; e esta tem como sua principal ação a construção de diagnósticos
51 socioterritoriais do município que irão embasar as políticas públicas, a construção
52 metodológicas e identificar território com maior vulnerabilidade onde o município
53 deva agir investindo suas ações. Uma das ações identificada e implantada foi a
54 construção do CRAS ZOI, que foi confirmada pelo diagnóstico que o território
55 necessitava desta ação mais pontual. O Sr. Rodrigo Lachi, sociólogo, COGESUAS - SEAS,
56 fez a apresentação do diagnóstico, que se subdivide em dois eixos – Vigilância de Risco
57 e Vulnerabilidades e o segundo Padrões e Serviços, como se uma parte levantasse a
58 demanda e a outra parte como está estruturada a oferta visualizando assim a
59 superação dos problemas; nestes diagnósticos dividimos em três partes: 1 – aspectos
60 demográficos, 2 – aspectos econômicos e 3 - aspectos sociais do município; a íntegra
61 deste diagnostico se encontra no anexo desta ata. O Sr. Leandro Lapetina relembra à
62 todos os presentes que foi através deste trabalho de vigilância socioassistencial e
63 socioterritorial que o nosso município ganhou um prêmio sendo indicado como ações
64 de boas práticas no Colegiado Nacional de Gestores ocorrido em Cuiabá/MT. A
65 Presidente Sra. Lourdes Velasques pergunta como estão conseguindo, através dos
66 dados dos CRAS e CREAS trazerem algumas situações de deficiências ou de
67 necessidades que acabam não sendo apontadas tanto no IBGE, como também no
68 CADÚNICO, pois se cada território tem sua especificidade, e há lugares que se precisa
69 ter um olhar mais específico não só da Assistência Social, como também da Educação,
70 Cultura, Esporte, como uma rede de proteção. O Sr. Rodrigo Lachi responde que o
71 diagnóstico tem um trabalho investigativo e no primeiro momento os dados utilizados
72 foram do IBGE e CADÚNICO que estavam disponíveis e são quantitativos; já na segunda
73 etapa de Padrões e Serviços foram utilizados os dados quantitativos do registro de
74 atendimento, do RH de cada equipamento e fazendo este cruzamento para verificar se
75 a oferta de vagas e do serviço esta adequada as especificidades; mas é importante
76 avançar na parte qualitativa deste diagnóstico. A Sra. Anita Burth Kurka, UNIFESP, pede
77 a palavra e pergunta quais são as possibilidades deste conselho solicitar formalmente à
78 Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Habitação os dados de quais e quantos
79 empreendimentos chegaram no município de Santos e onde estão localizados, para
80 que assim possamos entender o movimento migratório da cidade e a tendência da
81 cidade; a exemplos disto: as transformações do Valongo, as transformações com a
82 vinda da Petrobras e toda esta estrutura com a exploração do petróleo que está vindo

83 com uma rede de serviços especializados, então há uma série de movimentos
84 acontecendo em nosso município que impactam diretamente em todos estes dados
85 que foram apresentados, e sabendo da importância de se ter dados acho que para a
86 construção do Plano Municipal de Assistência Social ele precisa ter base para que não
87 seja apenas mais uma proposta, por isto é que pergunto de formalmente qual a
88 possibilidade de que estas Secretarias disponibilizem dados, no sentido de que este
89 trabalho possa ter este diálogo um pouco mais aprofundado nas tendências de que a
90 cidade está tomando. A Presidente Sra. Lourdes Velasques, diz que o CMAS quando
91 pediu esta apresentação para o conselho também solicitou a informação de como
92 estão sendo feitos estes levantamentos da Vigilância Socioterritorial, e que quando se
93 fala em pedir dados para as demais Secretarias somente se estes dados trouxerem
94 aquilo que esperamos enquanto Política da Assistência Social, caso contrário não nos
95 interessa, pois o conselho não irá executar a ação, a SEAS deve ter as informações das
96 demais Secretarias, do que está sendo executado e do que já está aprovado. Nas
97 Conferências quando recebemos propostas das demais Secretarias, o CMAS encaminha
98 para a Secretaria responsável. A UNIFESP cita o levantamento da população em
99 situação de rua em Santos, e se formos buscar o número que tínhamos em 2006 e
100 2007 que apontavam uma base de 400 pessoas em situação de rua, e que no último
101 Censo em 2009 apontou 591, fora os que estavam no serviço de acolhimento, então
102 este aumento da população em situação de rua pode estar relacionado com este
103 crescente aumento de empreendimentos imobiliários, porém esta discussão envolve
104 toda a sociedade e nós do conselho precisamos nos apropriar do que é esta Vigilância
105 Socioterritorial. A Sra. Anita Burth Kurka, UNIFESP, pede a palavra e diz que esta é mais
106 que uma decisão de Secretaria, é sim de Estado, o município como o Estado decide
107 que a desigualdade sócio-espacial será enfrentada como decisão de Governo/Estado e
108 se aciona todos os setores. Parabenizo o trabalho que foi iniciado e é importantíssimo
109 ter um especialista que começa a trazer estes dados. A Universidade tem um papel
110 importante de estar junto neste investida, mas precisar ter uma decisão política,
111 administrativa e de planejamento para que possamos enxergar a cidade em seu todo. A
112 participação do cidadão é fundamental e os dados são apenas os indicadores iniciais. O
113 Sr. Gilberto P. Ribeiro - representando o Instituto do Mar da UNIFESP, pede a palavra e
114 diz que está em uma pesquisa ainda embrionária do mapeamento, e por ser cartógrafo
115 diz o que se vê nas imagens de satélites ajuda a acrescentar estas análises
116 estatísticas do que o município vive hoje nesta questão de ampliação dos
117 investimentos imobiliários e o que acontece com a economia. O Sr. Leandro Lapetina
118 diz que a SEAS iniciou este trabalho visando atender uma função da Vigilância
119 Socioassistencial e isto tomou uma dimensão macro, e são dados que dependem de
120 outras ações e envolve outras políticas públicas, e partindo deste pressuposto, levamos
121 estes dados até o Prefeito, o mesmo entendeu a importância disto e ficou de
122 discutimos isto com os demais Secretariados e apresentando aos Secretários, uma vez
123 que hoje este diagnóstico representa apenas a assistência social seja incorporado como

124 uma ação a ser discutida em conjunto com as demais Secretarias, são ações de Estado.
125 A colaboradora Sra. Luci Freitas relembra a todos os presentes o dano ambiental que a
126 Embraport causou e que alguns pescadores estão em situação de rua, o impacto
127 ambiental que a obra causou, fecharam o rio matando os caranguejos e siris, então eles
128 devem pagar pelos danos causados. **Item 3 – Apresentação do Plano de**
129 **Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens:** a
130 Sra. Flávia Domênica fez a apresentação, a mesma se encontra na íntegra no anexo
131 desta ata. Em abril de 2014, a SEAS assinou termo de aceite junto ao MDS, pactuando
132 o reordenamento de 90 vagas para o acolhimento de crianças e adolescentes. Isto
133 implicou em algumas responsabilidades da SEAS e alguns ganhos no serviço,
134 principalmente no repasse de recursos, o MDS deu um incremento de R\$ 500,00
135 (Quinhentos Reais) por vaga de acolhimento. Hoje em nosso município existem apenas
136 5 (cinco) famílias acolhedoras. A Presidente Sra. Lourdes coloca em votação para os
137 conselheiros e o Plano foi APROVADO. **Item 4 – Relato sobre o Encontro Nacional de**
138 **Monitoramento e Vigilância Socioassistencias ocorrido nos idas 30, 31 de julho e 01**
139 **de agosto em Brasília/DF:** a Sra. Adriana Lopes, secretaria executiva, fez o relato, e o
140 mesmo se encontra na íntegra no anexo desta ata. Representando o CMAS
141 participaram do Encontro a Sra. Adriana Lopes e a conselheira Sra. Lucilene Martorelli.
142 Os assuntos abordados foram: Papel da informação na formulação da Gestão Avaliação
143 e Controle Social da Política da Assistência Social; Balanço Nacional da Implantação da
144 Vigilância Socioassistencial; Análise da política da assistência social dos principais
145 resultados do Censo SUAS/2013; Regionalização dos serviços de proteção especial;
146 Vigilância dos padrões dos serviços de Proteção Social Básica, 6ª mesa - Vigilância dos
147 padrões dos serviços de Proteção Social Especial; CADÚNICO; Pacto de Aprimoramento
148 da Gestão Municipal do SUAS. **Item 5 - Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia**
149 **Geral Ordinária do dia 05-08-2014 e Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia**
150 **Geral Ordinária do dia 02-09-2014:** a ata da Assembleia Geral Ordinária do dia 05-08-
151 2014 será apresentada na próxima AGO para as devidas correções; ata da Assembleia
152 Geral Ordinária do dia 02-09-2014 – APROVADA. **Item 6 – Relato das Comissões**
153 **Temáticas:** A Presidente informa que pelo adiantado da hora este item ficará para a
154 próxima AGO de novembro/2014. **Item 7 – Relato das Comissões: ODM, CMPETI,**
155 **COMAD, COMAIDS, CONDEFI, CEVISS, Comissão de Acompanhamento do Mapa**
156 **Prefeito Amigo da Criança e Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família:** A
157 Presidente informa que pelo adiantado da hora este item ficará para a próxima AGO de
158 novembro/2014. **Item 8 – Informes do Gestor:** O Sr. Leandro Lapetina, vice-presidente,
159 informa que a SEAS esta no processo de avaliação da rede/2014 para as propostas da
160 rede/2015 e por este motivo solicita que o CMAS participe de uma reunião em
161 conjunto com a SEAS e como sugestão indica a participação da Diretoria Executiva e de
162 algum conselheiro da Sociedade Civil, e informa que esta reunião ocorrerá dia
163 10/10/2014 às 14 horas na SEAS. A Presidente Sr. Lourdes informa que irão neste
164 reunião: ela (Maria de Lourdes) – representando a Diretoria Executiva , e os

165 conselheiros Igor Borysow e a Juliana Panza – representando a Sociedade Civil. **Item 9**
166 – **Informes do CMAS:** A Presidente Sra. Lourdes informa que ela e o conselheiro Sr. Igor
167 Borisow, realizaram uma visita no Centro Pop no dia 18 de setembro, o relatório
168 encontra-se íntegro no anexo desta ata. E o mesmo será encaminhado para a SEAS. O
169 Sr. Leonel, Chefe do equipamento – Centro Pop pede a palavra e diz que todas as
170 situações apontadas no relatório já são de conhecimento da SEAS. A Sra. Luci Freitas,
171 colaboradora, pede que seja revista a questão do uso dos banheiros no SEACOLHE-AIF,
172 pois depois que se fecha a porta do equipamento não se abre mais, com isto
173 sobrecarrega o Centro Pop. A conselheira Sra. Josenice Profírio – Coordenadora do
174 Albergue, pede a palavra e diz que por segurança não é permitida a entrada de pessoas
175 que não fazem uso do equipamento, e que o Albergue não fecha a porta para os seus
176 acolhidos e que se tem uma rotina neste equipamento. O Sr. Leonel diz que nem o
177 Centro Pop e o Centro de Acolhimento podem hoje substituir uma deficiência que é do
178 município – a falta de banheiros públicos. A Sra. Rosemeire Chagas – usuária do
179 Albergue Noturno, pergunta se é possível encaminhar ao Sr. Prefeito o pedido da
180 demanda de banheiros químicos. O Sr. Leandro diz que é possível sim levar este pedido
181 ao Sr. Prefeito e a Secretaria de Planejamento, porém não compete a SEAS a execução
182 e sim levar esta demanda ao conhecimento da Secretaria competente. A Sra. Luci
183 Freitas, colaboradora, sugere que os usuários dos equipamentos sejam identificados
184 através de crachás e que seja respeitada a isonomia da prioridade. O Sr. Leandro
185 Lapetina, vice-presidente, relata a devolutiva referente ao Centro Pop, o
186 reordenamento do serviço está em processo de reestruturação e readequação. A
187 Presidente Sra. Lourdes Velasques informa que será encaminhado um ofício a
188 Secretaria de Segurança Pública, orientando através de uma ação pró-ativa, que nas
189 abordagens aos munícipes não joguem fora os documentos dos mesmos; pois isto
190 custa dinheiro público e depois os munícipes terão novamente que irem nos CRAS ou
191 CREAS para tirarem novos documentos – com dinheiro público, e foto utilizando
192 dinheiro público. A Sra. Luci Freitas, colaboradora, salienta que há também o furto de
193 documentos e de receituário de remédios, entre os próprios moradores em situação de
194 rua, e que deveria existir um local onde eles pudessem guardar seus documentos. A
195 Sra. Adriana – Secretaria Executiva informa que foi deixada aberta na assembleia
196 passada que se algum usuário dos serviços quisessem se inscrever para ser conselheiro
197 poderia ser feito e seria validado nesta assembleia, então temos a usuária do Albergue
198 Noturno Sra. Rosemeire Chagas; a assembleia APROVOU. Solicitamos aos conselheiros
199 que participam das comissões entreguem por escrito os relatórios. A Fundação
200 SETAPORT convida a todos os presentes e demais seguimentos do 3º Setor para o
201 debate da Lei 13.019/2014 que trata do novo Marco Regulatório das Organizações da
202 Sociedade Civil, que irá acontecer no dia 15 de outubro às 9 horas, local Auditório da
203 UNIMONTE – Rua Comendador Martins nº 52 – Santos. O CMAS foi comunicado pelo
204 MDS que desde de ontem o questionário do Censo Suas/2014 já está disponível, o
205 mesmo passará pelas comissões e depois para a Diretoria Executiva e será pauta na

206 AGO de novembro. **Item 10 – Assuntos Gerais:** O Sr. Eduardo Ravasini – Coordenador
207 de Políticas Públicas para Deficientes da Secretaria da Cidadania, pede que se pensem
208 na acessibilidade à curto, médio e longo prazo, sendo LIBRAS, as apresentações em
209 letras ampliadas, se necessários os impressos em braile e a parte arquitetônica do
210 equipamento – linhas guias e arrumar passarela que está com a ponta levantada. A
211 Presidente Sra. Maria de Lourdes diz que vai solicitar a construção de rampas e a
212 colocação de barras no sanitário neste equipamento. Tivemos presentes nesta
213 assembleia um número superior a 60 pessoas, com isto está mais do que claro que este
214 espaço para o CMAS não está sendo mais suficiente nem adequado por isto iremos
215 oficializar a Secretaria de Gestão solicitando um novo espaço que contemple as
216 questões da acessibilidade. O Sr. Décio pede a palavra e diz que irá ocorrer nos dias 28,
217 29 e 30 de novembro o Encontro Estadual de Pessoas em Situação de Rua na cidade de
218 Campinas, organizado pela Defensoria Pública Nacional. O Sr. Marcelo Adriano da Ong
219 Sem Fronteiras pede orientação de que forma poderia ser solicitado ao Sr. Prefeito,
220 uma vez que na época da eleição o Sr. Prefeito esteve na ONG Sem Fronteiras e foi
221 feito até um vídeo onde o mesmo dizia que iria ajudar a Instituição; existe um terreno
222 vago atrás do cemitério do Paquetá entre as Ruas São Francisco e a Rua Amador
223 Bueno, a ideia é de que neste terreno seja feita uma cooperativa de material reciclável.
224 A Ong Sem Fronteiras ganhou uma usina da PETROBRAS através do movimento dos
225 catadores, ganhamos esteiras, empilhadeiras e vários equipamentos; só que já
226 encontrei o Sr. Prefeito em vários Viva-Bairros e sempre sou encaminhado a falar com
227 várias pessoas e nada se resolve, só com o Sr. Jordão já marcaram 3 vezes todas sem
228 êxito. E o trabalho do catador tem grande importância para o município e hoje o local
229 que nós estamos temos uma ação de despejo e agora com esta usina que ganhos o
230 local também é pequeno então gostaríamos de estar em um local adequado para
231 poder receber estes equipamentos; então qual o procedimento para tentar resolver
232 isto, uma vez que o terreno está lá e toda a documentação que a Prefeitura solicitou já
233 foi entregue. A Sra. Luci Freitas, colaboradora, diz que de acordo com a Lei 12.305/10 –
234 Política Nacional de Resíduos Sólidos e com o Decreto Nº 7.404/10, sugere que seja
235 comunicado ao CONDEMA e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente para se
236 posicionar, pois isto é política pública. A Sra. Luci Freitas, colaboradora, informa
237 também que os carrinheiros estão procurando por ela, pois este ano não teve o
238 cadastramento que sempre ocorria até julho. A Presidente Sra. Maria de Lourdes pede
239 ao Sr. Adriano que procure CONDEMA. A Sra. Lucilda, assistente social da UNILUS
240 coloca a nossa disposição o espaço do teatro na universidade. Sem mais assunto a
241 tratar, a Assembleia foi encerrada pela Presidente e eu Flávia Valentino, lavrei a
242 presente ata, a qual se apresenta assinada por mim e pela Presidente, Sra. Maria de
243 Lourdes Braz Joaquim Velasques.

244

245 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques

Flávia Valentino

246 Presidente

1ª Secretaria